

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.747

PARANÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: KATHERINE DAMBROWSKI
ADV.(A/S)	: MAGALI CRISTINE BISSANI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MATÉRIA FÁTICA E LEGAL. O recurso extraordinário não é meio próprio ao revolvimento da prova, também não servindo à interpretação de normas estritamente legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental no recurso extraordinário com agravo, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.747
PARANÁ**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: KATHERINE DAMBROWSKI
ADV.(A/S)	: MAGALI CRISTINE BISSANI E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Em 18 de agosto de 2015, neguei provimento ao agravo, consignando:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO
DE NORMAS LEGAIS –
INVIABILIDADE – DESPROVIMENTO
DE AGRAVO.**

1. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula deste Tribunal:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em última análise, o reexame dos elementos probatórios para, com

ARE 903747 AGR / PR

fundamento em quadro diverso, assentar a viabilidade do recurso.

Acresce que o acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na apreciação de processo da competência do Tribunal.

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

O agravante, na minuta do regimental, discorre acerca da índole constitucional da controvérsia, buscando demonstrar a existência de violação aos artigos 5º, inciso XXI e 8º, inciso III, da Constituição Federal. Afirma não buscar a desconstituição da coisa julgada e reporta-se ao Recurso Extraordinário com Agravo nº 573.232/SC. Aponta a desnecessidade do reexame de fatos e provas.

A parte agravada, instada a manifestar-se, não apresentou contraminuta.

É o relatório.

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.747

PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste agravo, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogado devidamente credenciado, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

Atentem para o que decidido na origem. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região consignou, em síntese:

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELA PROJUS. LEGITIMIDADE DO POUPADOR DE SANTA CATARINA.

1. A jurisprudência pacificou o entendimento que a sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada por associação, que dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores do Estado, não está limitada aos sócios.

2. Eventuais determinações oriundas do Recurso Extraordinário 573.232 não alcançam a ação civil pública movida pelo PROJUS, em atenção ao princípio constitucional da coisa julgada. Logo, a questão é de respeitar a disposição constante de provimento judicial imutável.

3. Agravo desprovido.

O deslinde da demanda deu-se à luz dos fatos e das provas e sob o ângulo estritamente legal, não considerada a Constituição da República. A conclusão adotada fez-se alicerçada em interpretação conferida à legislação de regência, não ensejando campo ao acesso ao Supremo.

Ante o quadro, desprovejo o regimental.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.747

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

AGTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

ADV.(A/S) : CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : KATHERINE DAMBROWSKI

ADV.(A/S) : MAGALI CRISTINE BISSANI E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 22.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Roberto Barroso e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processos a ele vinculados, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma